

Próximo presidente sob risco de impeachment

O próximo presidente da República, que será eleito em outubro, poderá assumir o mandato sob a ameaça de impeachment. O motivo é a dificuldade do governo atual em encontrar um mecanismo que evite o descumprimento da regra de ouro, norma que impede a emissão de dívidas para pagamento de despesas correntes, como salários de servidores e aposentadorias. Por conta dos deficits nas contas públicas, que ocorrem desde 2014 e devem continuar até, pelo menos, 2022, o descumprimento é visto como inevitável em 2019, o que implicará crime de responsabilidade fiscal, caso nada seja feito. Para evitar o pior, a equipe econômica estuda “alternativas jurídicas”, sendo necessária, possivelmente, uma mudança na Constituição Federal.

Especialistas avaliam que o cumprimento da regra será quase impossível no próximo ano, já que o aumento da arrecadação de impostos não será suficiente para reverter o quadro. Há um agravante, que é a dificuldade de pautar o tema no Congresso, que está impossibilitado de aprovar qualquer proposta de emenda à Constituição (PEC) com a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, anunciada na última sexta-feira.

Contrapartidas

A regra de ouro, prevista no artigo 167 da Constituição, proíbe

que o governo emita dívidas em valor superior aos gastos com investimentos, amortização e juros. Estimativas do Ministério do Planejamento mostram que serão necessários R\$ 200 bilhões, no próximo ano, para respeitar a legislação. Como resultado, a dívida pública, que superou 75% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017, pode ultrapassar 100% em 2021.

No fim de 2017, o Planalto pediu à base aliada na Câmara que elaborasse uma PEC para permitir o descumprimento temporário da regra de ouro, mas com algumas contrapartidas de vedação de despesas, como o congelamento da contratação de servidores públicos e reajustes salariais, como antecipou o Correio no início de janeiro deste ano. O deputado Pedro Paulo (MDB-RJ) foi encarregado de preparar o texto, mas, na semana seguinte, a equipe econômica, orientada pelo presidente Michel Temer, voltou atrás e informou que o tema só voltaria a ser tratado depois da reforma da Previdência, o que irritou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

“Você está achando que eu vou votar a regra de ouro?”, queixou-se Maia, na última sexta-feira. “Eles que pediram para incluir. Pede para votar e depois tira?” Com a decisão de Maia, o deputado Pedro Paulo retirou da PEC as alterações na regra

de ouro e o texto, agora, tratará de outros assuntos, como a flexibilização de despesas obrigatórias no Orçamento.

Para evitar o crime de responsabilidade fiscal e um impeachment do próximo presidente, que pode ser da atual base do governo, o Planalto estuda duas “alternativas jurídicas”. Além de mudança na regra de ouro pelo Congresso, o Executivo pode enviar um projeto de lei complementar para autorizar o descumprimento da legislação por um período determinado. Uma alta fonte do Judiciário confirmou a legalidade desse projeto, mas avalia que a mensagem seria “péssima” para o mercado.

Sucessão

O constitucionalista Carter Batista, do escritório Osório & Batista, destaca que o Executivo não conseguiria mudar a regra de ouro, uma vez que o Congresso não pode aprovar propostas de emenda à Constituição até o fim do ano por conta da intervenção no Rio de Janeiro. “Essa é uma mudança nas regras do jogo enquanto a bola está rolando. A ex-presidente Dilma Rousseff foi afastada do cargo por motivos fiscais, e o governo agora se preocupa em alterar a legislação”, critica. “A regra existe para evitar que se gaste mais do que se têm. O governo está se preparando para a sucessão, já que





pretende lançar um candidato”, completa.

O governo precisa decidir o que será feito até fim de agosto, prazo para enviar ao Legislativo o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). O economista Gil Castello Branco, fundador da ONG Contas Abertas, afirma que todas as soluções são paliativas. “O governo fracassou no compromisso de reequilibrar as contas públicas. O endividamento continua crescendo e a reforma da Previdência se tornou improvável. Mudando a regra, o governo quebrará o termômetro, mas a febre continuará”, afirma.

Segundo o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, o governo está há alguns anos se endividando para pagar despesas correntes, principalmente benefícios previdenciários. Desde 2016, o Executivo consegue cumprir a regra de ouro em razão de devoluções feitas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de empréstimos do Tesouro para incentivo ao crescimento. Em 2019, porém, a

instituição não terá mais pendências com o governo.

A equipe econômica critica a rigidez do Orçamento, devido ao volume elevado de despesas obrigatórias. Metade dos gastos são voltados para benefícios previdenciários e o restante para o custeio com salários, investimentos e outras áreas. Castello Branco alega que a situação não tem mais como ser contornada. “Ou o governo diminui drasticamente as despesas ou eleva a receita, mas aumentar impostos é difícil. Há a possibilidade de reduzir isenções fiscais e subsídios a grandes grupos, cuja soma chega a quase R\$ 400 bilhões por ano, mas o governo não tem condição política de mexer nessa casa de marimbondo”, diz.

“Essa é uma mudança nas regras do jogo enquanto a bola está rolando. A ex-presidente Dilma Rousseff foi afastada do cargo por motivos fiscais, e o governo agora se preocupa em alterar a legislação”

Carter Batista, do escritório Osório & Batista Advogados





Crime fiscal à vista

O governo federal diz que, sem "alternativas jurídicas", a regra de ouro não será cumprida em 2019. Se isso ocorrer, o presidente, que será eleito neste ano, cometerá crime de responsabilidade fiscal.

SEM DÍVIDAS RUINS

Prevista no artigo 167 da Constituição Federal, a regra de ouro proíbe que o governo contraia dívidas em valor superior ao dos investimentos e do pagamento de juros. A regra visa impedir o pagamento de despesas correntes, como salários de servidores e benefícios previdenciários com endividamento.

SEM SAÍDA ECONÔMICA

Mesmo com a melhora da arrecadação federal e possíveis aumentos de impostos, o governo não deve obter os R\$ 200 bilhões que seriam necessários em 2019 para o cumprimento da regra de ouro.



AJUDA ESSENCIAL

Nos últimos anos, o governo federal usou recursos obtidos com endividamento para pagar despesas correntes, principalmente, benefícios previdenciários, mas, devido às devoluções de recursos do BNDES ao Tesouro, o nível não superou os gastos com investimentos e juros.

DESCUMPRIMENTO GRAVE

Caso haja o descumprimento da regra de ouro, o presidente em exercício cometerá crime de responsabilidade fiscal, podendo ser afastado do cargo por um processo de impeachment, como ocorreu em 2016 com a então presidente Dilma Rousseff.

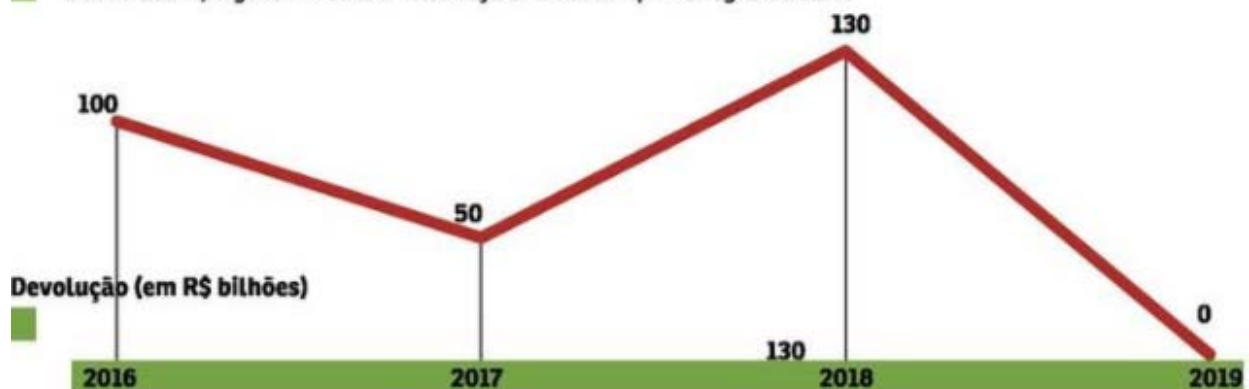
Dei

DUAS VIAS

O governo tem duas opções, na área legislativa, para evitar o crime de responsabilidade fiscal em 2019: enviar ao Congresso Nacional uma proposta de emenda para alterar a regra de ouro na Constituição ou encaminhar um projeto de lei para permitir o descumprimento temporário da norma.

FIM DA LINHA

Em 2019, o BNDES não terá mais pendências com o Tesouro Nacional. Sendo assim, o governo estará mais sujeito a descumprir a regra de ouro.



INSUFICIENTE

Neste ano, o governo vai precisar adotar outras medidas, além de receber R\$ 130 bilhões do BNDES. Serão necessários R\$ 208 bilhões para o cumprimento da legislação. Confira as ações já definidas:

- Revisão de parte dos restos a pagar não processados
- Extinção do Fundo Soberano por projeto de Lei
- Desvinculação do extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento
- Desvinculação de superávits de anos anteriores de fontes orçamentárias

Congresso não ajuda

Do ponto de vista dos economistas, não recai só sobre o Palácio do Planalto a culpa de um possível descumprimento da regra de ouro em 2019. Para Gil Castello Branco, fundador da ONG Contas Abertas, o Congresso Nacional também será responsável pela situação. Ele diz que várias ações que poderiam ter ajudado o governo a arrumar as contas foram barradas pelos parlamentares. “O Congresso não tem sido solidário em nenhuma medida de contenção de despesas. Os deputados e senadores são corresponsáveis pela situação a que o país chegou.”

Além da reforma da Previdência, os parlamentares não votaram projetos e medidas provisórias que adiam reajustes dos servidores para 2019, aumentam a contribuição previdenciária do funcionalismo, reoneram a folha de pagamento de setores da economia e tributam fundos exclusivos de investimentos.

“Se dependesse da vontade do Ministério da Fazenda, muitas medidas de ajustes já estariam implementadas”, diz a economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif. “O problema é o nó político. Falta aos congressistas entender a gravidade da situação fiscal do país”, avalia.

Zeina diz que a regra de ouro é fundamental para evitar que um presidente deixe uma grande fatura para o próximo gestor, mas avalia que flexibilizar a norma será inevitável. “Mudar a regra não é o melhor dos mundos, mas é inevitável. O ideal seria aprovar as reformas e diminuir as renúncias tributárias. Mas, do ponto de vista de solvência, da visão dos investidores, não é exatamente grave, porque há o teto de gastos, que limita as despesas do governo.”

Salários

Castello Branco afirma que os reajustes salariais dados aos servidores em meados de 2016

também contribuíram negativamente para a conta amarga de hoje. “O governo se colocou num festival de correções salariais, o que elevou a despesa com pessoal, que é uma das grandes cifras no Orçamento. Só que os reajustes vieram num momento absolutamente inoportuno, porque o país estava em recessão e havia 14 milhões de desempregados”, critica.

As complicações nas contas públicas colocam em risco, inclusive, o comprometimento da regra de ouro desde ano. Até dezembro, o governo receberá R\$ 130 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) referentes aos empréstimos feitos em anos anteriores. Mesmo assim, serão necessários mais R\$ 78 bilhões para atingir o saldo necessário. A Secretaria do Tesouro Nacional aposta na revisão de restos a pagar, na extinção do Fundo Soberano e na desvinculação de despesas, entre outras medidas, para não descumprir a norma em 2017.

Privatização da Infraero volta ao radar e pode render até R\$ 17,2 bi

Por Daniel Rittner | De Brasília



Antônio Claret, presidente da Infraero: em busca de um parceiro com experiência internacional em gestão aeroportuária.

Encolhida após a perda de dez grandes aeroportos, mas ainda à frente de terminais lucrativos como Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ), a Infraero agora quer um sócio estrangeiro. A estatal praticamente desistiu dos planos de pulverização do capital em bolsa ao receber um estudo da consultoria alemã Roland Berger, encomendado pela empresa para pensar no futuro de suas operações. O relatório, que acaba de ser apresentado ao governo, sugere a busca por um parceiro externo como melhor alternativa para dar sustentabilidade à estatal.

A venda de 40% a 51% das ações pode render entre R\$ 13,3 bilhões e R\$ 17,2 bilhões ao Tesouro Nacional, segundo a precificação feita pela consultoria e obtida pelo Valor. Isso representa um ganho potencial aos cofres públicos

que supera as estimativas de receitas com o processo de "descotização" de hidrelétricas da Eletrobras (R\$ 12,2 bilhões).

Os cenários simulados no estudo envolvem a manutenção do controle da Infraero pela União ou sua transferência para um acionista privado, o que vai requerer uma decisão política e talvez fique para o próximo governo. "Se depender de mim, seremos minoritários", diz o presidente da estatal, Antônio Claret.

Para ele, instrumentos como um bom acordo de acionistas, ou uma "golden share" em posse da União, podem ser suficientes para a continuidade de algumas políticas públicas, como a manutenção de subsídios cruzados entre aeroportos superavitários e deficitários. É esse sistema que garante a operação de aeroportos em lugares remotos do país.

O executivo vê pelo menos cinco gigantes mundiais potencialmente interessados em entrar na Infraero: as francesas Vinci e Aéroports de Paris (ADP), a alemã Fraport, a espanhola Aena e a asiática Changi. Todas trabalham com redes de aeroportos fora de seus países de origem. Algumas já foram procuradas para sondagens preliminares. "Nossa visão é buscar um parceiro que tenha experiência internacional em gestão aeroportuária", ressalta.

Por causa do novo plano, Claret prefere suspender temporariamente a venda de participação minoritária (49%) da Infraero nos terminais concedidos pela ex-presidente Dilma Rousseff - Guarulhos, Brasília, Viracopos, Galeão e Confins. Uma resolução do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), publicada em agosto de 2017, colocou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como responsável pela modelagem do processo de venda.

Para o presidente da Infraero, não faz sentido oferecer essas participações isoladamente no mercado e a fórmula mais viável é deixá-las no mesmo pacote de alienação das ações da holding como um todo. "Gera mais valor agregado e evita a perda do que já foi investido nas concessões", afirma Claret. Se isso acontecer, aumenta-se ainda mais o potencial de arrecadação com a venda - total ou parcial - da Infraero.

Depois de mais um leilão, que está previsto para o segundo semestre, a Infraero ficará com uma rede de 45 aeroportos. Terminais como Recife, Vitória e Cuiabá também vão passar para a iniciativa privada. Mas, além de Congonhas e Santos Dumont, ativos rentáveis como Manaus e Curitiba continuarão sendo administrados pela estatal. O estudo da Roland Berger indica que há capacidade de quadruplicar o





Ebitda (lucro antes de impostos) da Infraero com intervenções como enxugamento do quadro de pessoal e melhoria da governança.

Claret diz que medidas tomadas recentemente já começaram a surtir resultado. Depois de quatro balanços consecutivos no vermelho, por exemplo, a estatal inverteu um prejuízo operacional de R\$ 120 milhões em 2016 para lucro de R\$ 505 milhões no ano passado. Houve eliminação de três diretorias, 12 superintendências, 43 gerências e 104 coordenações para cortar despesas.

Outro drama é adequar o quadro de empregados à nova dimensão da companhia. O programa de demissões voluntárias propiciou a saída de 1.051 funcionários em 2017 e de 144 pessoas somente em janeiro. Desde que começou a onda de concessões de aeroportos, no primeiro mandato de Dilma, o número de colaboradores caiu de 14.089 em 2012 para menos de 9 mil atualmente.

Para levar adiante qualquer pretensão de busca por um sócio privado, a Infraero terá que "contratualizar" seus aeroportos. Os terminais jamais foram incorporados ao patrimônio formal da empresa. Por isso, tal como já se faz com os contratos de concessão, ela está

pedindo a outorga oficial dos ativos por 25 a 30 anos.

Vindo da iniciativa privada, onde fez carreira na Vallourec & Mannesmann, Claret diz que a venda de ações da Infraero poderia sair bem mais rápido se não fosse a morosidade do setor público. "Faz um ano que estamos tentando expurgar as atividades de navegação aérea e não conseguimos", afirma o executivo, como ilustração do problema. Trata-se de uma referência às torres de controle e estações de telecomunicações mantidas pela estatal. Elas geram um prejuízo anual de R\$ 300 milhões e absorvem 1,7 mil trabalhadores. O Comando da Aeronáutica já topou ficar com essa estrutura, o que ajudaria a aliviar as contas da Infraero, mas o plano não avança.

A capitalização da Infraero, mesmo que seja com um sócio minoritário, é fundamental para "sair da mesmice" e permitir investimentos maiores. Claret lembra que obras como reforma e ampliação dos terminais de passageiros de Foz do Iguaçu (PR), Navegantes (SC) e Campo Grande (MS) já estão em licitação ou na fase de desenvolvimento de projetos. Se tudo der certo, e houver disposição do futuro governo, ele afirma, uma "nova Infraero" pode estar funcionando em 2020.

No Congresso - Aprovação até quarta

Câmara inicia hoje votação, e Temer reúne conselhos da Presidência

CRISTIANE JUNGBLUT,
AGUIRRE TALENTO
E CATARINA ALENCASTRO

BRASÍLIA - Para obter maior respaldo político ao decreto de intervenção federal na área de segurança do Rio de Janeiro, o presidente Michel Temer discutirá a medida hoje com o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional. O megaencontro será horas antes de a Câmara iniciar a sessão de votação do decreto assinado pelo presidente na última sexta-feira. A expectativa do Palácio do Planalto é que o decreto esteja aprovado na Câmara e no Senado até quarta-feira. Segundo ministros, Temer deverá reforçar no encontro a avaliação de que a intervenção no Rio “é um caminho sem volta” e que o problema a ser atacado é a “falência da autoridade pública” no setor da segurança. Ontem, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, reuniu-se com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia. Eles discutiram o rito de votação do decreto. A dúvida de Maia é se o texto pode ou não ser mudado pelos parlamentares.

— Ainda estamos avaliando se o decreto pode ser emendado ou não. Achei importante relatar a ela como será a tramitação e as dúvidas que

existem sobre isso — disse Maia ao GLOBO. A relatora do decreto, deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ), apresentará parecer favorável ao texto — que não pode ser alterado pelos parlamentares. Mas Laura, em seu parecer, pedirá ao presidente Temer o envio de um projeto liberando verba para bancar a operação. Ela acredita que o governo federal precisa garantir dinheiro para intervenção. A convocação e, por conseguinte, a instalação dos conselhos é uma forma de Temer rebater as críticas por não ter ouvido previamente os órgãos consultivos antes de decidir pela intervenção. — O presidente nos disse que a intervenção no Rio é um caminho sem volta, que não tem alternativa e que só pode dar certo — disse um ministro que tem participado das discussões no Planalto.

INTERVENTOR TERÁ
CARTABRANCA

O governo trabalha com a meta de aprovar o decreto até a próxima quarta-feira, na Câmara e no Senado. Como a aprovação ocorre por maioria simples e as maiores bancadas partidárias já manifestaram apoio, a votação deve ocorrer sem maiores dificuldades. A sessão da Câmara para votação do decreto foi marcada para as 19h de hoje. A oposição anunciou que votará contra a medida, o que pode estender os debates e levar a votação para

amanhã (terça-feira). Aprovado na Câmara, o decreto seguirá para o Senado. A oposição também participará da reunião com Temer na manhã de hoje, já que os líderes da minoria na Câmara (o petista José Guimarães) e no Senado (Humberto Costa, também do PT) têm assentos no Conselho da República. Também integram o órgão, além do Presidente da República, os presidentes da Câmara e do Senado, os líderes da maioria no Congresso e mais seis cidadãos brasileiros indicados pelo Congresso e pela Presidência.

Já o Conselho de Defesa Nacional é formado, além de Temer, pelos presidentes da Câmara e do Senado, pelos ministros da Justiça, da Defesa e do Planejamento, e pelos comandantes das Forças Armadas. Segundo ministros, a avaliação de Temer é que o maior problema é a falta de autoridade no Rio e que por isso foi nomeado o interventor. Segundo um ministro, o general Walter Braga Netto terá “carta branca” e fará as mudanças que achar necessárias, inclusive em comandos, como antecipou o GLOBO ontem. O líder do PMDB na Câmara, o deputado Baleia Rossi (SP), disse que o apoio deve ser “unânime” na bancada: — É uma medida atípica mas necessária. Vamos apoiar o decreto. No PSDB, com bancada de 46 deputados, a expectativa também é que “quase todos” votarão a favor da intervenção, segundo fontes da legenda.





Miro Teixeira (Rede-RJ) declarou que é favorável à intervenção, mas afirmou que ela deveria ter sido total, e não apenas parcial, localizada na área de segurança. — Não tem outra saída. Sou a favor, mas o correto seria uma intervenção total no estado — disse Miro. O foco da resistência será na oposição, embora parlamentares do Rio tenham receio de votar contra a intervenção e serem cobrados pelos eleitores. Os líderes do PT na Câmara, deputado Paulo Pimenta (RS), e no Senado, Lindbergh Farias (RJ), já anunciaram que o partido votará contra o decreto, por considerá-lo uma manobra de Temer para escapar à derrota na reforma da Previdência.